
CAPITALISMO, TRABALHO E EDUCAÇÃO: O CASO DAS INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE EDUCAÇÃO SUPERIOR¹

EL CAPITALISMO, TRABAJO Y EDUCACIÓN: EL CASO DE LAS INSTITUCIONES FEDERALES DE EDUCACIÓN SUPERIOR

CAPITALISM, LABOR AND EDUCATION: THE CASE OF THE FEDERAL INSTITUTIONS OF HIGHER EDUCATION

João dos Reis Silva Júnior²

Alan Victor Pimenta³

Resumo: Este texto elabora uma releitura teórica das formulações de Marx sobre Trabalho Produtivo, tendo como objetivo compreender melhor o trabalho do professor nas Instituições de Ensino Superior considerando o estágio atual do capitalismo. No contexto de emergência de novas indústrias, sob a mundialização do regime de predominância financeira, a multiplicação das formas de valorização do capital sinaliza o estratégico papel da educação e possibilita novos mecanismos de exploração da força de trabalho. Esta nova racionalidade torna a universidade parte constituinte da indústria de serviços ao modificar a natureza do trabalho docente, tomando-o como parte da cadeia do valor e a produção científica como instrumento de expropriação do saber do trabalhador e sua apropriação pelo capital.

Palavras-chave: Capitalismo; indústria de serviços; trabalho produtivo; educação superior.

Resumen: En este trabajo se desarrolla una reinterpretación teórica de las formulaciones de Marx el trabajo productivo, con el objetivo de entender mejor el trabajo de los docentes en las instituciones de educación superior teniendo en cuenta la fase actual del capitalismo. En el contexto de la aparición de nuevas industrias, bajo el régimen de la globalización de predominio financiero, la multiplicación de las formas de revalorización del capital señala el papel estratégico de la educación y crea nuevos mecanismos de explotación de la fuerza de trabajo. Esta nueva racionalidad hace que la parte constituyente universitaria de la industria de servicios de modificar la naturaleza de la enseñanza, teniendo como parte de la cadena de valor y la producción científica de la expropiación como instrumento de trabajador del conocimiento y su apropiación por parte del capital.

Palabras clave: el capitalismo, la industria de servicios, de trabajo productivo, de educación superior.

Abstract: This paper develops a theoretical reinterpretation of Marx's formulations Productive Work, aiming to better understand the work of teachers in higher education institutions considering the current stage of capitalism. In the context of the emergence of new industries, under the regime of globalization of financial predominance, the multiplication of forms of capital appreciation signals the strategic role of education and creates new mechanisms of exploitation of labor power. This new rationality makes the university constituent part of the service industry to modify the nature of teaching, taking it as part of the value chain and the scientific production of expropriation as an instrument of knowledge worker and its appropriation by capital.

Keywords: Capitalism; service industry; productive work; higher education.

A produção capitalista não é apenas produção de mercadoria, é essencialmente produção de mais-valia. (MARX, 1996a, p. 138, grifo nosso).

O sistema capitalista apresentou no último século um processo dinâmico e multiforme de exploração do trabalho e extração de mais-valia, especialmente após a década de 1970, em escalas inimagináveis à época de Marx. A razão deste fato reside na predominância do *capital portador de juros*. Ao mesmo tempo alterou de forma significativa o metabolismo socioeconômico desse modo de produção, a natureza do trabalho e inaugurou uma era de novas indústrias. Contraditoriamente, produziu, na mundialização financeira, a “vulnerabilidade sistêmica” e isto impôs rígidos controles sobre tudo, especialmente sobre a força de trabalho. Para Ricardo Antunes (2013), vivemos “numa nova era de exploração do trabalho em escala global”, cujas formas de exploração fomentam e constituem uma “cadeia produtiva geradora, preservadora ou ampliadora do valor”.

A predominância do capital financeiro desconsidera a concreta dinâmica e o real tempo do capital em funções no âmbito das relações sociais de produção e a comprime fazendo com que este ciclo de movimentação do capital sofra redução espaço-temporal no trabalho e na vida. Por outro lado, novas indústrias – que não apenas as de transformação, únicas à época de Marx – são criadas acentuando e diversificando o processo de industrialização atual. Sob a predominância financeira a racionalidade que preside o processo de reprodução do capital é a mesma nas esferas pública e privada. Este novo estágio modifica a República de todos os países. O Brasil foi pródigo em remodelar-se segundo esta racionalidade. Observe-se a expansão da indústria de serviços, especialmente, para o que nos interessa, a expansão orientada de forma direta pela racionalidade da predominância do capital financeiro na indústria da educação superior, que afeta o conjunto das instituições federais de educação superior.

A indústria de serviços passa por profunda expansão e mudança qualitativa alterando a natureza do trabalho imaterial e exigindo novas tecnologias de pronta aplicação e agregação de valor ao capital em qualquer tipo de processo de trabalho (ANTUNES, 2013).

A reestruturação da agricultura foi orientada pela mesma racionalidade. Há uma indústria na agricultura ligada ao capital financeiro. No Brasil, o investimento estrangeiro direto altera o processo de produção de valor e também aí passa a exigir a diminuição do custo da força de trabalho, aumento de produtividade por meio da pesquisa científica e da diminuição e quase desaparecimento dos direitos sociais sobre o trabalho. Este processo atinge a esfera pública, especialmente as instituições federais de educação superior, por serem parte do aparelho do Estado, ainda que formado por instituições da sociedade civil. Uma rápida visada histórica sobre a Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) mostraria as mudanças da universidade federal diante deste novo contexto e, sobretudo, as consequências sobre o trabalho do professor da pós-graduação, além do tipo de produção científica em que predomina a epistemologia das áreas do conhecimento que têm maior potência para a agregação de valor ao capital⁴. A própria universidade pública torna-se parte da produção da indústria de serviços. Vejam-se as relações entre a predominância financeira que exige a reforma do aparelho do Estado e um novo ordenamento

jurídico que submeteu a universidade ao setor produtivo, como buscamos mostrar no relatório citado na nota 1 abaixo. Por esta razão é necessário refletir sobre a nova natureza do trabalho produtivo na atualidade brasileira.

Segundo Antunes (2013) “*estamos vendo uma ampliação dessas formas geradoras de valor, ainda que sob a aparência do não valor*”. Tal “*aparência do não valor, este obscurecimento do valor, esta subtração do valor aparente, dificulta a percepção dos (novos) mecanismos de exploração da força de trabalho*” (ANTUNES, 2013).

Em razão do exposto, faz-se necessário uma breve releitura da compreensão da formulação de Marx sobre *Trabalho Produtivo*, considerando o escrito acima de uma forma geral e toda organização empírica que se fez da identidade de uma Instituição Federal de Ensino Superior⁵, tendo como objetivo compreender melhor o trabalho do professor nesse contexto em que a própria universidade se encontra e no qual se estabelecem novas relações entre capital-trabalho e mais-valia.

No *Capital*, Marx supera a teoria do “valor-trabalho” de Smith e Ricardo, quando apresenta o trabalho exigido pela produção de mercadorias. Nesta relação, o trabalho incorpora-se ao produto. Contudo, esses fundadores das ciências econômicas não apresentariam solução para o problema do padrão invariável do valor (MARX, 1996, p. 90-94), embora pela primeira vez considerassem que a riqueza tivesse origem no trabalho humano. Marx, em sua *Teoria da Mais-Valia*, incorpora esta contribuição de ambos e vai além. Ao expor sua tese, no primeiro Livro de *O Capital*, não inicia sua formulação com o conceito de valor, mas com o de mercadoria, por aquele constituir-se na célula social que põe em movimento as relações produtoras de valor econômico do modo de produção capitalista. Ao mesmo tempo deixa claro que o valor econômico torna-se o guia universal a orientar e movimentar as relações sociais, conferindo-lhes sua racionalidade.

A *Teoria da Mais-Valia* de Marx, também mencionada nos seus esboços – *Grundrisse*s e Capítulo VI Inédito do *Capital* – permite duas mediações entre taxa de mais-valia e taxa de lucro. A primeira – taxa de mais-valia – dá-se na relação entre mais-valia e capital variável⁶ e revela o grau de exploração da força de trabalho. Por outro lado, em razão da concorrência intercapitalista, emerge a tendência de decréscimo da taxa de lucros. A segunda – taxa de lucro – é a relação da mais-valia e o capital individual total (soma do capital variável com o capital constante⁷) e indica o grau de valorização do capital.

O movimento da valorização do capital pelo lucro dá origem à ilusão ideológica de que a mercadoria pode ser redimensionada, mensurada, valorizada e pode ter uma relação de valor: uma mercadoria, proveniente de trabalho produtivo ou improdutivo, material ou imaterial, numa reprodução constante do fetichismo da mercadoria. O processo de valorização e o aumento da produtividade no trabalho traz como consequência o aumento na exploração do trabalho humano. As novas indústrias, que emergem na atualidade, colocam o trabalho produtivo em lugares antes não imaginados (ANTUNES, 2013). Como se pode notar no trabalho do professor da pós-graduação. Para entender essa afirmativa analisaremos alguns elementos da teoria marxista, considerando o estágio atual do capitalismo.

O trabalho produtivo valoriza o capital

A produção capitalista não é apenas produção de mercadoria, *é essencialmente produção de mais-valia*. O trabalhador produz não para si, mas para o capital. Não basta, portanto, que produza em geral. Ele tem de produzir mais-valia. *Apenas é produtivo o trabalhador que produz mais-valia para o capitalista ou serve à autovalorização do capital. Se for permitido escolher um exemplo fora da esfera da produção material, então um mestre-escola é um trabalhador produtivo se ele não apenas trabalha as cabeças das crianças, mas extenua a si mesmo para enriquecer o empresário.* O fato de que este último tenha investido seu capital numa fábrica de ensinar, em vez de numa fábrica de salsichas, não altera nada na relação. *O conceito de trabalho produtivo, portanto, não encerra de modo algum apenas uma relação entre a atividade e efeito útil, entre trabalhador e produto do trabalho, mas também uma relação de produção especificamente social, formada historicamente, a qual marca o trabalhador como meio direto de valorização do capital.* (MARX, 1996a, p. 138, grifo nosso).

Na epígrafe acima, dois elementos são fundamentais: a) o trabalhador produtivo é aquele que gera mais-valia, absoluta ou relativa, que se dá *na esfera da produção*; b) o trabalhador produtivo é aquele que “serve à autovalorização do capital”. Ao usar a conjunção alternativa “ou” Marx nos dá a indicação de como analisar as novas formas de extração da mais-valia para além da esfera da produção de mercadoria, podendo-se ampliar o conceito de trabalho produtivo segundo sua função no processo de valorização do capital (ANTUNES, 2013).

Podemos constatar o exposto por meio da observação atenta sobre as novas indústrias que emergiram com a predominância financeira e o estratégico papel da educação pública em geral e, particularmente, das instituições federais de educação superior. A educação superior localiza-se na indústria de serviços, que mais tem se expandido entre os demais setores da economia.⁸ Apresentamos a seguir uma tabela que mostra consistência da indústria da educação superior dirigida pelo capital financeiro.

Tabela 1 – Evolução das ações do IBOVESPA, KROTON, ANHANGUERA E ESTÁCIO DE SÁ, PETROBRÁS e VALE

ANO	EMPRESA	PONTOS	VALOR DAS AÇÕES	EMPRESA	VALOR DAS AÇÕES
28/03/2012	IBOVESPA	65.079	-	KROTON (KROT3)	12,42
28/03/2013		56.352	-		25,61
28/03/2014		49.646	-		49,63
$\Delta(\%)$ 2012-2013		- 11,73	-		93,79
$\Delta(\%)$ 2012-2014		- 23,00	-		299,59
28/03/2012	VALE (VALE5)	-	36,52	ESTÁCIO (ESTC3)	6,42
28/03/2013		-	31,38		14,63
28/03/2014		-	27,81		22,18
$\Delta(\%)$ 2012-2013		-	-14,07		51,60
$\Delta(\%)$ 2012-2014		-	-23,84		245,50
28/03/2012	PETROBRÁS	-	23.39	ANHANGUERA	7,30

28/03/2013	(PETR4)	-	18,35	(AEDU3)	10,86
28/03/2014		-	15,41		13,57
$\Delta(\%)$ 2012-2013		-	-16,02		24,95
$\Delta(\%)$ 2012-2014		-	-34,11		85,80

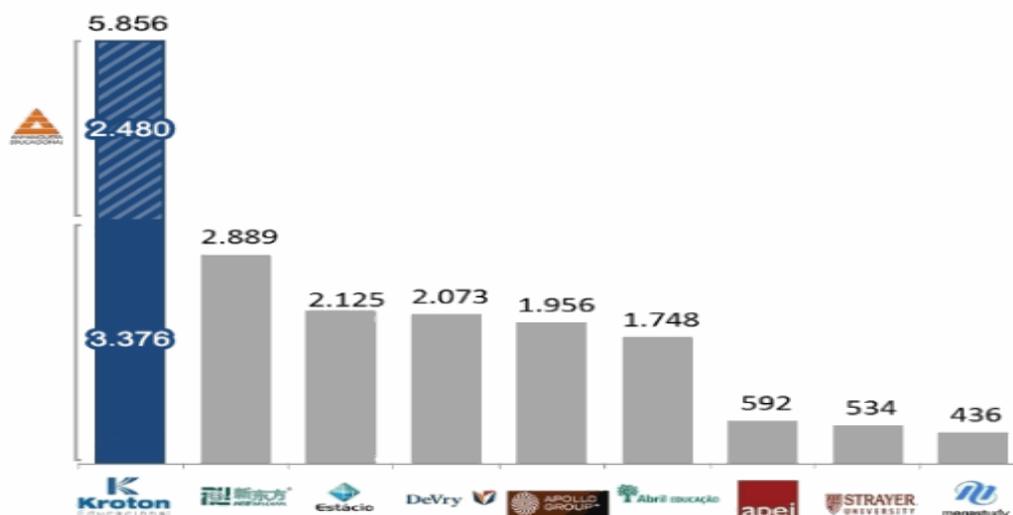
Fonte: Disponível em: <www.infomoney.com.br>. Acesso em: 28 mar. 2014. Tabela organizada por Valdemar Sguissardi.

Tabela 2 – Movimento Bovespa - 2014

BOVESPA – 2014 (MOVIMENTO)	
IBOVESPA	-3,42%
KROTON	27,43%
ESTÁCIO	8,97%
ANHANGUERA	-8,72%
PETROBRÁS	-8,31%
VALE	-15,03%

Fonte: Disponível em: <www.infomoney.com.br>. Acesso em: 28 mar. 2014. Tabela organizada por Valdemar Sguissardi.

Gráfico 1 - Valor de mercado de empresas de educação nas bolsas (EM US\$ MI)



Fonte: Bloomberg – disponível em: <<http://economia.uol.com.br/cotacoes/noticias/redacao/2013/04/22/acoes-de-kroton-e-anhanguera-disparam-na-bolsa-apos-acordo-de-fusao.htm?tipo=2>>. Acesso em: 28 mar. 2014.⁹

Outro exemplo pode ser visto na reunião da *Associação de Educadores Internacionais*, a NAFSA¹⁰, realizada em Houston, Texas. Este evento, que ocorre há quase um século, foi um acontecimento predominantemente educacional e acadêmico, além de ter uma forte dimensão ideológica e aculturadora; passa, agora, a ser regido pela mercantilização produzida nessa esfera social, em razão da nova indústria mundializada da educação.

Diante do que os dados mostram para a educação superior privada particular, mas que se põe para diversos setores, o conceito ampliado de trabalho produtivo pode ser observado no último parágrafo

da epígrafe deste item, quando fica clara e consistente a afirmação de que o trabalhador produtivo é parte de uma relação de produção social, portanto, coletiva e formada historicamente, na qual o trabalhador é marcado “como meio direto de valorização do capital” (ANTUNES, 2013). Desta forma, os diversos trabalhadores que fazem parte do processo de produção de mercadoria, desde sua concepção (ideia) até sua produção e circulação, são trabalhadores produtivos por realizarem, também, a função valorativa do capital. Isso é entendido no âmbito do movimento de proliferação de indústrias. Nele, o trabalho produtivo precisa ser analisado não *avant la lettre*, mas, sobretudo, considerando as novas empresas e instituições que sofreram o processo de mercantilização das relações no cotidiano e a mudança da natureza do trabalho e do ser social trabalhador.

Esses são elementos de extrema importância para a análise do trabalho do professor da pós-graduação com base nas mudanças ocorridas nas instituições federais de ensino superior. O trabalho do professor da pós-graduação, em face da profunda mudança ocorrida nas instituições federais de educação superior (Ifes), pode ser produtivo ou não. É preciso analisar cada caso em particular. Contudo, diante do exposto sobre as mudanças nas Ifes¹¹, pode-se afirmar que a universidade federal tem uma nova institucionalidade que induz ao trabalho produtivo.

O Trabalho produtivo é social, complexo e combinado

Marx, no *Capítulo Inédito* (1978, p. 84, grifo nosso), ressalta que não é o operário individual que se converte no agente real do processo de trabalho, mas que é, de forma mediada socialmente, “que as condições de produção [...] [se mostram] *como condições de produção coletivas do trabalho combinado*”; por isso a necessidade de se considerar produtivo não um trabalhador, mas a cadeia de trabalho socialmente combinada. Na sua obra *O Capital*, esta tese também é posta:

A coisa muda de figura tão logo consideramos não o capitalista, individual e o trabalhador individual, *mas a classe capitalista e a classe trabalhadora, não o processo de produção da mercadoria isolado, mas o processo de produção capitalista, em seu fluxo e em sua dimensão social. Quando o capitalista converte parte de seu capital em força de trabalho, valoriza com isso seu capital global. Mata dois coelhos com uma só cajadada. Ele lucra não apenas daquilo que recebe do trabalhador, mas também daquilo que lhe dá.* O capital alienado no intercâmbio por força de trabalho é transformado em meios de subsistência, cujo consumo serve para reproduzir músculos, nervos, ossos, cérebro dos trabalhadores [12] existentes e para produzir novos trabalhadores. (MARX, 1996a, p. 204-205, grifo nosso).

Ratifica-se com isso a compreensão de que o trabalho não pode ser considerado isoladamente, pois sua produção não é individualizada, sua condição é coletiva, de classe, assim como o resultado do seu trabalho. Todavia, tal resultado não lhe pertence, está alheio (alienado) de seu produto. E se acaso o trabalhador desejar o produto que cria, terá que comprá-lo das mãos de outrem, no âmbito da circulação. Por isso, Marx ressalta que o capitalista “mata dois coelhos com uma cajadada”, pois, ao mesmo tempo em que o trabalhador é produtor, é também potencial consumidor, tornando-se alienado de sua condição humana sob o fetiche do capital, mediado pelo fetiche da mercadoria:

Assim, no mundo das mercadorias, acontece com os produtos da mão humana. Isso eu chamo o fetichismo que adere aos produtos de trabalho, tão logo são produzidos como

mercadorias, e que, por isso, é inseparável da produção de mercadorias. *Esse caráter fetichista do mundo das mercadorias provém, [...], do caráter social peculiar do trabalho que produz mercadorias.* (MARX, 1996a, p. 199; grifos nossos).

Portanto, o trabalhador, ao vender sua força de trabalho, aliena-se diante de sua produção e de sua condição de explorado no trabalho, estranha a si mesmo e aos outros semelhantes e, ao mesmo tempo, mantém-se numa condição de subsistência diante do trabalho, sustentado por uma reprodução social fetichizada pelo consumo, que Marx chamou, nos *Manuscritos de 1844*, de “valorização do mundo das coisas” (MARX, 2010, p. 80).

Destaca-se, ainda, que, por meio das reformas e mudanças nas Ifes, há o estabelecimento de um ranking de áreas do conhecimento. Este ranqueamento também é induzido pelas políticas de Estado, orientadas pelas vicissitudes do mercado mundial de capitais. A consequência central é a predominância de uma epistemologia, de uma forma de produção de conhecimento, das áreas mais aquinhoadas na academia; fato que muda profundamente a institucionalidade das universidades e dos institutos federais no país. O espaço do debate, da crítica e da dúvida tende ao fencimento. A formação de profissionais em geral, de professores, de gestores educacionais, de pesquisadores, da metodologia e das relações em sala de aula são permeadas pela racionalidade da produção capitalista. É a este complexo processo que há anos e em muitos livros e relatórios temos chamado “*mercantilização da educação pública*” ou a “*mercantilização da esfera pública do aparelho de Estado*”¹³.

O programa *Plataformas do Conhecimento*, lançado por Dilma Rousseff em 25 de Julho de 2014, prevê a ampliação de R\$ 6 bilhões para R\$ 24 bilhões nos investimentos em pesquisa ligada ao aumento de produtividade, por meio da Financiadora de Projetos (Finep). A tendência do programa em investir em áreas em que o país já tem experiências positivas, como agricultura, pecuária e aeronáutica, prenuncia a criação de uma rede de pesquisas que reúna empresas, setor público e institutos de pesquisas e se volte para investigação e desenvolvimento nas áreas selecionadas¹⁴.

A exploração do trabalho no contexto global ampliou-se e com ele o fetichismo da mercadoria; está, para além dos produtos, está nos serviços, no processo de circulação de mercadorias, no fetiche social do consumo apresentado na mídia, nas novelas, etc.

Na relação da realidade com sua reprodução pode-se destacar um modo de realidade produzida, uma forma de realidade própria da consciência que, neste caso, prima pelas relações próprias da valorização do capitalismo. Esta é uma distinção fundamental, pois dá a dimensão de um ser social trabalhador que é conduzido de forma a dominar os seus afetos, sua relação com o meio e os sentidos produzidos por esta relação, em uma forma particular de realidade. Independente do modo como o interpretam as pessoas que participam desse processo, ele constitui uma etapa na realização das categorias sociais da valorização.

O aparato midiático, por exemplo, constitui hoje um dos maiores reprodutores da realidade simulada de valores e necessidades postas pelo capital. Por meio de inumeráveis recursos técnicos, o espaço em que o homem age intencionalmente sobre seu entendimento é substituído pelo da interpretação dirigida, de modo que a relação de recepção do conteúdo pelo espectador é substituída pela

recepção de sentidos, sendo este o intento real. Os procedimentos de edição correspondem, aqui, aos procedimentos graças aos quais um modo de percepção simulado se apropria dos modos de percepção individual. Na dinâmica cotidiana deste processo, o trabalhador tem sua imagem individual convertida na imagem do sistema em que está engajado, fazendo de si, em seu trabalho, um simulacro idealizado da produtividade. É o que torna possível o desenvolvimento de uma indústria da distração, um mercado do entretenimento em favor da valorização do capital, que aliena o trabalhador de si mesmo. Esta alteração no nível de relação do sujeito para com o meio através da alteração dos sentidos caracteriza a perda das dimensões estéticas do ser, abrindo espaço para a consolidação integral do ser social trabalhador. Isto, do mesmo modo em que se realiza na indústria da educação superior pública ou privada.

Hoje, os trabalhadores empenham a vida por meio do crédito, dos financiamentos e do pagamento parcelado. É a magia do cartão de crédito. O trabalhador, ao pagar um simples almoço, o faz com o cartão; promete que pagará a mercadoria consumida com tempo de vida no trabalho, que ainda não viveu. Hipotecam as suas vidas no mais alto grau de fetichismo da história do capitalismo.

Um exemplo recente está na divulgação pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) sobre o assustador endividamento das famílias brasileiras e do país. As famílias que já tinham um comprometimento de renda em 2008 de 32,2% chegam em 2013 aos 44,8%, um aumento de 39% em cinco anos. O Brasil para reorganizar a economia, pós-crise de 2008, injetou dinheiro em bancos públicos e elevou a dívida bruta (% do PIB) que, em 2008, era de 65,2% e chegou a 67,2% neste ano (IPEA, 2013). Fato que explica a razão por que a maior parcela do orçamento nacional, algo próximo de 50%, é direcionada para o pagamento dos serviços da dívida pública nacional e internacional.

No modelo econômico adotado por FHC e refinado no governo Lula, a economia brasileira precisa se constituir em um excelente destino para o capital fictício denominado de forma eufêmica de *investimento externo direto*, força motriz da economia brasileira. Isto impõe a manutenção da gestão monetária da dívida e dos parâmetros que medem a qualidade da economia do país é fundamental. Mesmo que a maioria da sociedade brasileira sobreviva por meio de políticas focais e à míngua. Por outro lado, é exatamente este modelo econômico que fornecerá as diretrizes para a educação superior pública transformar-se na “*agência executiva de políticas de competência do Estado*”.

O contexto do capitalismo atual, predominantemente financeiro, ampliou as formas geradoras de valor e comprometimento do trabalho e do salário/renda, numa relação complexa e combinada de exploração, seja no âmbito dos meios de produção, da circulação, seja no dos serviços e no “Ciclo de Movimentação do Capital Portador de Juros”.

Não importa se o trabalho é material ou imaterial

Marx (1996b, p. 377) afirma que o trabalho é “dispêndio de energia” de ordem manual e intelectual. No entanto, o que se observa no capitalismo, segundo Antunes (2013), é uma separação aparente entre trabalho intelectual e trabalho manual, posta como “imperativo decisivo” na manutenção do sistema. Sobre isso Marx ressalta que:

As potências intelectuais da produção ampliam sua escala por um lado porque desaparecem por muitos lados. O que os trabalhadores parciais perdem, concentra-se no capital com que se confrontam. É um produto da divisão manufatureira do trabalho opor-lhes as forças intelectuais do processo material de produção como propriedade alheia e poder que os domina. Esse processo de dissociação começa na cooperação simples, em que o capitalista representa em face dos trabalhadores individuais a unidade e a vontade do corpo social de trabalho. O processo desenvolve-se na manufatura, que mutila o trabalhador, convertendo-o em trabalhador parcial. Ele se completa na grande indústria, que separa do trabalho a ciência como potência autônoma de produção e a força a servir ao capital. (MARX, 1996a, p. 475).

O trabalho intelectual é também chamado por Marx de trabalho imaterial, como parte da cadeia do valor e, mesmo não sendo um elemento dominante nos meios de produção, é um elemento relacional, que se apresenta de forma decisiva na ampliação da exploração do trabalho, como parte do mundo da mercadoria e da criação do valor. É interessante destacar aqui, que não pela natureza das ciências, mas, pela racionalidade da produção capitalista, que a produção científica em grande medida é o móvel de expropriação do saber do trabalhador e sua respectiva apropriação pelo capital. Tal movimento não é apenas econômico, tem ele um forte e determinante componente estrutural para o capitalismo. Em última instância ele é um importante fator para a mudança da subsunção formal do trabalhador para sua condição atual de subsunção real nunca antes vista na história do capitalismo para o que concorre de forma crucial o trabalho imaterial do professor da pós-graduação.

Um exemplo a ser dado pode ser o aparelho celular, eletrodomésticos acionados e guiados por microcomputadores, ou implementos agrícolas e tratores que dispensam trabalho humano para o plantio, a colheita e demais fases na indústria da agricultura e nas demais indústrias que proliferaram a partir da década de 1980. Destacamos aqui a indústria de serviços em que se transformou a educação superior privada e pública, especialmente no âmbito da pós-graduação¹⁵.

Estas mercadorias condensam em sua materialidade uma cadeia de trabalhos de várias naturezas: o trabalho do cientista na descoberta de novos componentes que diminuam o tempo de trabalho necessário num processo; o trabalho de quem transforma aquela inovação científica em uma tecnologia imediatamente aplicável; os trabalhadores que movimentam relações sociais no processo de circulação de mercadorias; e o trabalhador que usa mercadoria como meio de produção ou como bem de consumo.

Esta cadeia é socialmente combinada e, ao mesmo tempo em que revela, esconde a produção de valor nas diversas formas de trabalho. Os trabalhos são materiais ou imateriais, produtivos ou improdutivos, mas estão socialmente combinados com o objetivo de valorização do capital em escala global. Neste processo, há predominância do trabalho produtivo no sentido que lhe atribui Marx.

Esta tendência mundial sob o regime de predominância do capital portador de juros apresenta muitos trabalhos improdutivos na sua aparência, porém, quando analisados nas suas articulações com outros trabalhos até o final da cadeia produtiva, sua maioria valoriza a produção ampliada do capital. O caso que aqui nos interessa é o do trabalhador professor da pós-graduação no contexto na nova institucionalidade da universidade pública.

Essa institucionalidade pode ser observada no Projeto de Lei (PL) n. 4.643/2012¹⁶ apresentado ao Congresso Nacional no mês de abril de 2014 que cria o Fundo Patrimonial para as instituições federais

de ensino superior. Isto inclui as universidades e institutos federais, o que permite e induz as instituições públicas a prestar consultoria ao setor produtivo e a criar um fundo cujo objetivo é o financiamento de suas próprias pesquisas. É necessário analisar esta lei: ela permitiria a saída do Estado da esfera pública e abriria um espaço para um duplo movimento de entrada do capital privado na universidade e nos institutos federais.

Primeiro, porque seria necessária a prestação de serviços ao setor produtivo e com isso o financiamento das instituições federais de educação superior seria parcialmente privado. O outro movimento consistiria em que as áreas mais próximas do setor produtivo sejam privilegiadas neste processo, estabelecendo um ranqueamento de áreas de conhecimento para fins do financiamento de pesquisas. As áreas de ciência, tecnologia, engenharias e matemática seriam, sem dúvida, privilegiadas; fato que já acontece no Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e no *Programa Ciência Sem Fronteiras*. Destacam-se, ainda, dois outros movimentos: 1) a pauta de pesquisa das instituições federais de educação superior será produzida externamente a ela; 2) o modo de produção de conhecimento de tais áreas tenderá a se tornar hegemônico nessas instituições; 3) o trabalho imaterial e superqualificado será guiado pelo valor econômico e se tornará um trabalho produtivo no sentido que lhe atribui Marx¹⁷.

Em razão do exposto, denominamos como produtivos todos os trabalhos que compõem a cadeia de valor que reúne desde os pesquisadores que elaboram novos *softwares* e novos *designs*, muitos deles lotados em universidades públicas, pagos por convênios de pesquisa em busca de novas patentes; outros, em centros de pesquisas especializados, em programas de pós-graduação e na própria empresa.

Em vários trechos de sua obra, Marx (1978; 1996a; 1996b; 2010) demonstra com vários exemplos a *linha rala e tênue entre o trabalho material e imaterial*, como, por exemplo, no excerto abaixo:

Certamente, o mestre se encontra de posse das condições de produção, das ferramentas e do material de trabalho (ainda que as ferramentas possam também pertencer ao oficial): o produto pertence-lhe. Nessa medida, é capitalista. Mas, não é como capitalista que é mestre. Ele mesmo é, em primeiro lugar, artesão, esse supõe (*supposed*) que é mestre em seu ofício. [...]. Mantém com seus aprendizes exatamente a mesma relação que um professor com seus alunos. [...]. **Seu capital, pois, tanto no que diz respeito à sua forma material quanto ao volume de seu valor, é um capital vinculado, que de modo algum adquiriu a forma livre do capital.** Não constitui um quantum determinado de trabalho objetivado (valor em geral) [portanto, imaterial] que pode adotar e adota, a bel-prazer, esta ou aquela forma de condições de trabalho segundo se troque, à vontade, por esta ou aquela forma de trabalho vivo para apropriar-se do trabalho excedente. (MARX, 1978, p. 60-61; grifos nossos).

No caso do mestre que comercializa seu trabalho, realizado por meio do trabalho intelectual e manual, seu produto torna-se “um capital vinculado, que de modo algum adquiriu forma livre do capital”. Isso torna seu dispêndio de energia de trabalho vivo e uma sociabilidade específicos orientados pelo sistema e não mais por suas condições humanas e sociais de existência. Aqui reside uma chave para se afirmar a mudança da natureza do trabalho do professor da pós-graduação, de sua intensificação, da precarização de suas relações de vida e trabalho e de sua alienação crescente, com consequências nefastas em face do ápice que atinge sua alienação ou da mais pura negação da condição humana.

Um trabalho idêntico pode ser produtivo ou improdutivo

O trabalho produtivo gera mais-valia e tende a ser assalariado, mas nem todo assalariado é produtivo. O trabalho que produz valor de uso, que não gera valor de troca e é pago com renda, é denominado trabalho improdutivo, pois não cria mais-valia. Por isso, a relação entre trabalho produtivo e improdutivo não depende do conteúdo do trabalho, mas da natureza do processo de criação do valor. Sobre este tema Marx (1996a, 314-315) cita vários exemplos: do joalheiro, do escritor, da cantora, do professor, dando precisão à natureza do trabalho.

Antunes (2013) traz algumas reflexões sobre o papel dos “serviços” na geração do valor e do trabalho produtivo. Para o autor, Marx, no volume III de *O Capital* estuda o capital comercial (a esfera da distribuição), diz claramente que “o capital comercial não é produtivo”, pois a produção gera a mais-valia. O capital comercial emprega grande parte dos assalariados, isto é, os proletários do comércio que não acrescentam valor. Mas, pergunta-se: como o capitalista do comércio obtém lucro que enriquece o proprietário e não gera mais-valia? Marx equaciona esta questão quando diz que o capital comercial se apropria de parte da mais-valia gerada na indústria; “então o capital comercial não produz diretamente mais-valia, é improdutivo no sentido marxiano do termo, ele extrai um *quantum* dessa mais-valia que ele não criou, ele reequaciona o lucro e para isso explora ainda mais os assalariados do comércio, para que a mais-valia se realize na circulação”. É necessário dizer que esse processo pressiona o ciclo de produção real de valor para produzir mais-valia desumanizando ainda mais qualquer trabalhador.

Portanto, o burguês comercial, embora não produza mais-valia, beneficia-se do lucro pela exploração do trabalho que, segundo Antunes (2013), dá no mesmo, pois, quanto mais se redimensiona essa mais-valia e quanto menos se paga os trabalhadores do comércio, maior o seu lucro e maior ainda a pressão sobre os trabalhadores produtores diretos de mais-valia. Portanto, o comércio (a esfera da circulação) não gera mais-valia, mas é indispensável para a circulação e fundamental para o capital.

Agora uma questão atual: os trabalhadores, no campo dos serviços e no âmbito do Estado, são ou não produtivos? Para tratar dessa questão é preciso que se observe a história de evolução desse sistema e como se caracteriza a natureza do trabalho hoje.

Chesnais (1997, p. 7-8) afirma que o final do século XX foi marcado pelo “estágio supremo do capitalismo”, para o qual utilizou a expressão “mundialização do capital”, que designou como um “novo contexto de liberdade quase total do capital para se desenvolver e valorizar-se”, não por uma renovação de sua essência, mas simplesmente pelo fato de reencontrar “a capacidade de exprimir brutalmente os interesses de classe sobre os quais está fundado”, neste caso, tendo um papel crucial: a predominância financeira mundializada e o papel do Estado.

Em suma, a tese de Marx nasce das premissas da produção mercantil e da circulação monetária, na qual se estabelece este regime de acumulação. Observa-se, com isso, que no decorrer da história o modo de execução desse sistema realizou um veloz desenvolvimento das forças produtivas, movido por uma avidez acumulativa sem precedentes (CHESNAIS, 1997). Vale destacar, nesse movimento, o papel central da educação. A educação joga neste processo, seja na criação das novas sociabilidades, seja na

formação da nova força de trabalho e na fantástica criação de novas bases organizacionais e tecnológicas, exigindo as inovações científicas e tecnológicas de toda ordem que se tornam paradigma para pedagogias educacionais no mundo todo. Veja-se, por exemplo, o livro recém-lançado de autoria de Ronaldo Mota¹⁸ e David Merman Scott¹⁹, escrito no *Institute of Education da University of London*, “Educação para a Inovação”²⁰. O livro e um artigo publicado por esses autores no Reino Unido estão entre os mais lidos e citados, considerados uma importante referência para a reformulação das universidades.

A lógica da produção, onde a materialidade e imaterialidade se imbricam, está posta em nosso tempo. Há um novo trabalhador na complexa divisão social do trabalho e nova relação de trabalho imaterial produtivo nos âmbitos dos serviços, das pesquisas, do desenvolvimento de novas tecnologias, etc. No relatório já citado, cujo campo empírico tem seu centro na UFMG, instituição em que tais categorias históricas mais se desenvolveram e encontram-se mais avançadas, busca-se mostrar o quanto o trabalho do professor da pós-graduação é predominantemente produtivo.

Referências:

ANTUNES, R. *A atualidade de Marx (Palestra)*. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL TEORIA POLÍTICA DO SOCIALISMO, 5., 16 ago. 2013, Marília. Disponível em: <<http://youtu.be/YpJ0SayJzdM>>. Acesso: 26 nov. 2013.

CHESNAIS, F. O capitalismo de fim de século. In: COGGIOLA, O. *Globalização e socialismo*. São Paulo: Xamã, 1997.

FERRAZ, M.B. Retomando o debate: a nova política industrial do governo Lula. *Planejamento e Políticas Públicas*, Brasília, n. 32, jan./jun., 2009. Disponível em <<http://www.ipea.gov.br/ppp/index.php/PPP/article/view/17>>. Acesso em: 30 mar. 2013.

MARX, K. *Elementos fundamentais para La crítica de La economia política (Grundrisse) 1857-1858*. Buenos Aires: Siglo Veiteuno editores, 1987. v. 2.

_____. *Grundrisse: manuscritos econômicos de 1857-1858: esboços da crítica a economia política*. São Paulo: Boitempo; Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2011.

_____. *Manuscritos econômico-filosóficos*. Tradução, apresentação e notas Jesus Ranieri. 4. reimp. São Paulo: Boitempo, 2010.

_____. *Manuscritos econômico-filosóficos*. Lisboa: Edições 70, 1989.

_____. O 13 de junho de 1849 (*As lutas de classes na França de 1848 a 1850*). In: FERNANDES, F. *Marx Engels*. São Paulo: Ática, 1983a. p. 253-279.

_____. *O Capital: a crítica da economia política*. Livro I – Volume I. São Paulo: Editora Nova Cultural, 1996a.

_____. *O Capital: a crítica da economia política*. Livro I – Volume II. São Paulo: Editora Nova Cultural, 1996b.

MARX, Karl. *O Capital: livro I – Capítulo VI (inédito)*. 1º ed. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1978.

_____. O Coup main de Luís Bonaparte (o Dezoito de Brumário de Luís Bonaparte). In: FERNANDES, F. *Marx Engels*. São Paulo: Ática, 1993, p. 194-253.

_____. Teorias da Mais-Valia: história crítica do pensamento econômico. Livro 4 de *O Capital*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980. v. 1.

SMITH, A. *A riqueza das nações*. Lisboa: Calouste Gulbenkian, 1993. v. 2.

SILVA JÚNIOR, J. R.; PIMENTA, A. V. et al. *Trabalho do professor diante da expansão da pós-graduação em educação: o caso da região Sudeste*. Relatório Científico Final (FAPESP, 2012/01297-4), Universidade Federal de São Carlos, Grupo de Economia Política da Educação, Estética e Formação Humana (GEPEFH), São Carlos, abr. 2014.

Notas:

¹ Este breve texto tem uma razão obrigatória para existir. Em pesquisa realizada sobre o trabalho do professor na pós-graduação e muitas evidências nos mostravam uma nova institucionalidade da universidade pública, com profundas mudanças neste trabalho. Este momento de realidade nos impôs muita leitura e profunda discussão sobre a categoria “**Trabalho Produtivo**” como a define Marx. Tratou-se de larga empreitada teórica que se encontra no relatório de pesquisa citado na nota número 1. Muita releitura em diversos momentos da obra do filósofo alemão. Ressalto, contudo, que muito ajudou nossa participação nos seminários da Rede de Estudos sobre o Trabalho (RET) de 2012 e 2014. Destaco a palestra de Ricardo Antunes em 2012.

² Professor Associado da Universidade Federal de São Carlos, Livre-docente pela Universidade de São Paulo e *Visiting Professor* na *Arizona State University* (2014-2015). E-mail: joaodosreissilvajr@gmail.com.

³ Professor Adjunto da Universidade Federal de São Carlos e atual Coordenador do Grupo de Pesquisa em Economia Política da Educação, Estética e Formação Humana. E-mail: russo333@hotmail.com

⁴ Para uma leitura mais aprofundada ver: SILVA JÚNIOR, J. R; PIMENTA, A. V. et al. *Trabalho do professor diante da expansão da pós-graduação em educação: o caso da região Sudeste*. Relatório Científico Final (FAPESP, 2012/01297-4); Universidade Federal de São Carlos, Grupo de Economia Política da Educação, Estética e Formação Humana (GEPEFH), São Carlos, abr. 2014.

⁵ A UFMG constituiu-se no campo empírico de trabalho no relatório citado anteriormente.

⁶ A parte do capital convertida em força de trabalho, em contraposição, muda seu valor no processo de produção. Ela reproduz seu próprio equivalente e, além disso, produz um excedente, uma mais-valia que, ela mesma, pode variar, ser maior ou menor. Essa parte do capital transforma-se continuamente, de grandeza constante em grandeza variável. “Eu a chamo, por isso, parte variável do capital, ou, mais concisamente: capital variável”. (MARX, 1996a, p. 325).

⁷ “A parte do capital, portanto, que se converte em meios de produção, isto é, em matéria-prima, matérias auxiliares e meios de trabalho, não altera sua grandeza de valor no processo de produção. Eu a chamo, por isso, parte constante do capital, ou mais concisamente: capital constante”. (MARX, 1996a, p. 325).

⁸ Ver matéria do jornal norte americano *The New York Times* que ressalta a alta lucratividade da educação superior no Brasil, tendo, no Programa Universidade para Todos (Prouni) e no Fundo de Financiamento Estudantil (Fies), suportes oficiais de confiabilidade do investimento: <<http://www.livrosepessoas.com/2014/06/23/educacao-no-brasil-e-um-negocio-da-china-aponta-jornal-the-new-york-times/>> (acesso em: 30 jul. 2014).

⁹ Os Grupos Kroton, Anhanguera e Estácio são relevantes economicamente em nível mundial e possuem a maior parcela de alunos na educação superior e são administrados por fundos mútuos orientados, portanto, pelo mercado mundial de capitais. Trata-se, pois de uma indústria mundial do setor de serviço, específica da educação superior. As ações do Grupo Kroton valorizaram aproximadamente 300% enquanto o índice BOVESPA, no mesmo período, em média, caiu algo próximo de 23%.

¹⁰ Ver <<http://www.nafsa.org/annualconference/default.aspx?id=169>>.

¹¹ Ver relatório citado na nota número 1.

¹² Aqui a educação em todos os seus níveis e modalidades torna-se, estruturalmente, central; e o momento atual do modo de produção exige as reformas e mudanças na universidade pública, como buscamos expor até o momento neste texto.

¹³ Ver: SILVA JÚNIOR, J. dos R. *Reforma do Estado e da educação no Brasil de FHC*. São Paulo: Xamã, 2002.

SILVA JÚNIOR, J. dos R. et al. Os significados do trabalho do professor da pós-graduação na universidade estatal pública mercantilizada. *Relatório Científico Final*. (Processo FAPESP n. 2009/08661-0). Set. 2011.

SILVA JÚNIOR, J. dos R.; SGUISSARDI, V. *As novas faces da educação superior no Brasil – reforma do Estado e mudança na produção*. 2. ed. São Paulo: Cortez Editora; Bragança Paulista: EDUSF, 2001.

SGUISSARDI, V.; SILVA JÚNIOR, J. dos R. *Trabalho intensificado nas federais*. Pós-graduação e produtivismo acadêmico. São Paulo: Xamã, 2009.

¹⁴ Ver: <<http://politica.estadao.com.br/noticias/geral,lula-atropela-planalto-e-adianta-anuncio-de-programa-cientifico-imp-1517840>>.(Acesso em: 30 jul. 2014).

¹⁵ Segundo o jornal *Estadão*, no segundo semestre de 2014 o governo federal anunciará abertura de crédito educativo para alunos de mestrado e doutorado em faculdades particulares. A estratégia visa ampliar o acesso à formação em pós-graduação, além da diminuição da inadimplência nestas instituições. Ver: <<http://www.estadao.com.br/noticias/geral,governo-lancara-fies-da-pos-graduacao-no-2- semestre,1517421>> (acesso em: 30 jul. 2014).

¹⁶ Disponível em: <<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=558376>>. Acesso em: 24 abr. 2014.

¹⁷ Disponível em: <<http://www.revistaensinosuperior.gr.unicamp.br/artigos/projeto-de-lei-autoriza-instituicoes-federais-de-ensino-superior-a-ter-fundos-patrimoniais-para-financiar-atividades-de-pesquisa-inovacao-bolsas-e-infraestrutura>>. (Acesso em: 16 abr. 2014).

¹⁸ Chanceler Acadêmico da Universidade Estácio de Sá e Diretor Corporativo do Grupo Estácio. Pesquisador do CNPq em Desenvolvimento Tecnológico e Inovação e Professor Titular aposentado da Universidade Federal de Santa Maria. Bacharel em Física na Universidade de São Paulo, Mestre na Universidade Federal da Bahia, Doutor na Universidade Federal de Pernambuco, Pós-Doutor na *University of British Columbia-Canadá* e na *University of Utah-EUA*. Presidente do Conselho de Administração da empresa de inovação Neoprospecta e Fundador e Assessor Especial da empresa britânica *EdUKationBr*. Foi Secretário Nacional de Desenvolvimento Tecnológico e Inovação do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, Secretário Nacional de Educação Superior, Secretário Nacional de Educação a Distância e Ministro Interino do Ministério da Educação, *Professorial Visiting Fellow* no *Institute of Education da University of London* na Cátedra Anísio Teixeira/CAPES e Condecorado pelo Presidente da República como Comendador na classe Grã-Cruz da Ordem Nacional do Mérito Científico. (CV Lattes; texto informado pelo autor).

¹⁹ David Scott é professor Titular da Faculdade de Currículo, Pedagogia e Avaliação do Instituto de Educação na *University of London*. Anteriormente foi Diretor de Ensino e Aprendizagem do Centro de Ensino e Aprendizagem de Educação Superior, Diretor do Instituto Internacional para Liderança Educacional e Professor de Liderança Educacional e Aprendizagem na Universidade de Lincoln.

²⁰ O livro aborda o desafio de educar pessoas em um mundo onde as habilidades associadas com inovação, em seu conceito mais recente, estão se tornando cada vez mais relevantes. Estudantes de hoje somente estarão aptos a enfrentar os desafios do futuro se, ao longo de sua formação escolar, estiverem preparados para os múltiplos papéis que exercerão na sociedade, seja enquanto cidadãos, profissionais ou, posteriormente, como pais e educadores. Este livro explica como educar as pessoas para um mundo em que a inovação está cada vez mais central e mais relacionada com as tecnologias digitais. Ele trata das metodologias educacionais compatíveis com este panorama que aponta para o desenvolvimento econômico e social sustentável no qual a inovação é estratégia central para satisfazer as novas necessidades pedagógicas. Ronaldo Mota e David Scott exploram a conexão entre três importantes temas da contemporaneidade: aprendizagem, tecnologia e inovação, tomando como exemplo casos do Brasil e da Inglaterra. Dessa forma, explora e contribui para a superação das dificuldades enfrentadas pelas políticas e práticas educacionais no mundo contemporâneo.

Recebido em: 06/2014

Publicado em: 02/2015.